
BALANÇOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS CORPORATIVAS

SOCIAL BALANCE REPORTS IN BRAZIL: A CRITICAL ANALYSIS OF CORPORATE PRACTICES

José Ricardo Maia de Siqueira

Doutor em Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

Mestre em Administração – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, COPPEAD;

Bacharel em Administração – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

Professor Titular dos cursos de Mestrado e de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

E-mail: jrms@facc.ufrj.br

Fernanda da Silva Fernandes

Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

Mestranda em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

Contadora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Email: ffernandes005@hotmail.com

Recebido: 03/03/2009 Aprovado: 17/09/2009

Publicado: 28/10/2009

RESUMO

O balanço social é uma ferramenta para prestação de informações sócio-ambientais relacionadas à interação entre uma organização e seu ambiente externo. Neste âmbito devem ser observados todos os aspectos, sejam eles positivos ou negativos. Todavia, pesquisadores vêm detectando dificuldades para analisá-los em função da falta de padronização, periodicidade e principalmente abrangência dos documentos. Fatos positivos tendem a serem destacados como instrumento de marketing enquanto danos causados são minimizados ou omitidos. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar a qualidade dos balanços sociais das organizações da amostra, através de quatro parâmetros: abrangência, viés para potencialização dos resultados, comparabilidade e transparência. O desfecho identificado nesta pesquisa corrobora os diagnósticos anteriormente observados em outros trabalhos e reforça a urgência por mudanças para que sirvam de mensuração de responsabilidade social.

Palavras-chave: Balanço social, Transparência, Marketing.

ABSTRACT

The social report is a tool for disclosure social and environmental information about the interaction between an organization and its external environment. In this scope all aspects must be observed, even they are positive or negative. However, researchers are perceiving how hard is to analyze social report because they are not standardized, are lack of time and completeness. Positive facts tend to be emphasized as a marketing tool, while actual damages are minimized or omitted. In this context, the present paper studied 22 companies which elaborated social reports to verify completeness, potential of the results, comparison and transparency. The inference of this research corroborates previously results observed in other papers and strengthens the urgency for changes on social report to turn them a real instrument of measurement the social responsibility of the companies.

Keywords: Social Report, Transparency, Marketing.

1. INTRODUÇÃO

A idéia de que o mundo possui recursos inesgotáveis não se encontra mais na mente da grande maioria dos indivíduos. Conceitos como extinção de espécies, buraco na camada de ozônio, desmatamento, aquecimento global, desenvolvimento sustentável, efeito estufa e chuva ácida, entre outros, encontram-se presentes nas discussões de distintas camadas sociais.

Contudo, não somente as preocupações ambientais ocupam a mente das pessoas na atualidade. Temas sociais como diversidade étnica, concentração de rendas, a questão feminina, a inserção do negro na sociedade, o desemprego e a necessidade de mitigação das brutais disparidades existentes, encontram-se na pauta de debates da atualidade.

Mais e mais indivíduos estão interessados no destino que está sendo dado ao planeta. Neste processo de construção do futuro da humanidade, as grandes organizações desempenham um papel importante e, não se pode esquecer, as empresas têm um posição de destaque neste grupo. São elas que produzem os bens e serviços que a comunidade necessita, mas também são elas, em grande parte, as responsáveis pela emissão de poluentes, pelo consumo de recursos naturais e pela definição do nível de emprego. Faz-se necessária, portanto, a existência de um canal de informação entre empresa e sociedade. Este canal é, potencialmente, o balanço social.

No entanto, tal instrumento só terá relevância se incluir informações sobre as relações com as comunidades interna e externa à empresa, se evidenciar os aspectos redistributivos da atividade econômica e se demonstrar a preocupação – ou não – da empresa para com o meio ambiente.

À luz das considerações anteriores, o presente artigo tem como objetivo analisar a qualidade dos balanços sociais das entidades da amostra, através de quatro parâmetros, a saber: abrangência, viés para potencialização dos resultados, comparabilidade e transparência.

2. BALANÇOS SOCIAIS: A DISCUSSÃO DE UM CONCEITO

Para Perottoni e Cunha (1997, p. 13) o “Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”. Pretende-se que o balanço social seja um instrumento não tendencioso para mensuração do impacto social de uma organização, conceito que carrega

em si uma inverdade ao afirmar que esta demonstração “tem por objetivo a divulgação de (...) sua atuação em benefício da sociedade”, conforme Perottoni e Cunha (1997).

O balanço social deve demonstrar não só os efeitos positivos da atividade econômica, mas também seus efeitos prejudiciais, como a emissão de efluentes, a poluição do ar e a devastação de áreas verdes, redução do número de empregos numa determinada região, por exemplo. O que se deseja obter é uma ferramenta que permita à sociedade perceber se ao longo do processo produtivo, a empresa forneceu uma contribuição social positiva ou negativa. Não se esquecendo, obviamente, de seu papel como fonte de informações para tomada de decisões.

A existência de uma contribuição social negativa por parte das empresas, poderia trazer certa surpresa a alguns, contudo, não deveria, uma vez que esta vem sendo estudada há algum tempo na economia sob a denominação de externalidades. Externalidades, segundo Vasconcellos e Garcia (2004, p. 225), ocorrem quando “a produção ou o consumo de um bem acarreta efeitos sobre outros indivíduos, e esses custos/benefícios não se refletem nos preços”. Há que se destacar aqui a natureza destes efeitos. Note que o autor fala não só em benefícios, mas também em custos, o que denota que os efeitos tanto podem ser positivos quanto negativos.

Assim, segundo Mankiw (2005, p. 204), se “o impacto sobre o terceiro é adverso, é chamado de *externalidade negativa*; se é benéfico, é chamado de *externalidade positiva*”. Fica claro, portanto, que as organizações podem trazer para a sociedade tanto contribuições positivas, quanto negativas, o que é corroborado por diversos autores (WONNACOTT; WONNACOTT, 2004, p. 810; SAMUELSON, 1979, p. 502; SANDRONI, 1996, p. 145).

A existência de tal diversidade de contribuição, torna ainda mais importante a característica de não tendenciosidade no balanço social. Infelizmente, tal isenção parece não existir na afirmação de Arrigoni (2000, p. 49) ao destacar que se “por um lado à sociedade almeja inteirar-se dos feitos da empresa no que diz respeito à responsabilidade desta para com o social; por outro à própria empresa interessa essa evidenciação, uma vez que esse *disclosure* lhe agrega valor à imagem perante a sociedade”.

Infelizmente nem toda organização possui uma postura socialmente responsável que permita uma agregação de “valor à imagem perante a sociedade”. Araújo (1999) relata o caso de contaminação química de um grupo de operários que trabalhava no setor de estamparia de embalagens plásticas de uma metalúrgica no estado do Rio de Janeiro. A partir de denúncias encaminhadas pelas vítimas foi montada uma comissão que encaminhou uma série de recomendações à administração que, além de proteger a saúde dos trabalhadores, gerou ganhos financeiros à empresa, mostrando que investimentos no amparo ao trabalhador trazem ganhos não só para os funcionários, mas também para a firma que os faz.

Mais grave é o caso de uma indústria têxtil de amianto, onde 119 funcionários tiveram que ser atendidos, sendo que 30 deles apresentavam um diagnóstico de asbestose (doença que pode causar fibrose pulmonar). A ocorrência de cinco óbitos entre os operários revelou as condições de risco e precariedade das condições de trabalho a que estava exposta a classe trabalhadora nesta empresa. A administração, além de não fornecer nenhuma informação sobre os riscos do amianto, ainda se utilizava dos sintomas e do tempo de serviço para determinar a demissão dos trabalhadores (SOARES, 2002).

Este relato não deveria causar assombro “se lembrarmos que ele se apresenta num país marcado histórico-socialmente por um embate, por vezes, primitivo entre capital e trabalho, entre a valorização do lucro e a valorização da vida. Um país no qual as condições (...) atestam o predomínio histórico (...) do uso predatório de sua força de trabalho” (FIGUEIREDO, 2001, p. 260-261).

Ambos os casos revelam o perigoso lado obscuro das contribuições negativas à sociedade. Isto porque – ao contrário dos enormes derramamentos de óleo da Petrobrás – são casos pequenos que passam despercebidos da mídia e, conseqüentemente, da população.

Neste sentido, o conceito e a consideração anteriormente expostos carregam um viés perigoso, já que induzem a uma visão do balanço social como instrumento de marketing e valorização de organização, quando devia destacar sua função de canal de informações completas e fidedignas para *stakeholders* que permitisse a mensuração do grau da responsabilidade social das entidades.

Souza (1997, p. 2) dá uma melhor opção, afirmando que o balanço social trata-se “de uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente (empresa/empregados) como externamente (empresa/comunidades)”. Assim, o balanço social deve cobrir as atividades relacionadas às suas responsabilidades sociais que, em uma relação não exaustiva são: “a preservação do meio ambiente, a qualidade dos produtos, a consequência da utilização destes pelo consumidor, o padrão dos serviços prestados e os efeitos diretos das atividades sobre o bem estar da comunidade” (ARRIGONI, 2002, p. 45).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica, segundo a tipologia proposta por Raupp e Beuren (2003, p. 79), quanto aos objetivos como exploratória, quanto aos procedimentos como bibliográfica e documental e quanto à abordagem do problema como qualitativa.

Esta pesquisa é considerada como exploratória porque busca “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). O fato aqui em questão trata-se da análise da qualidade de balanços sociais, tema ainda em construção na academia contábil brasileira.

Trata-se de pesquisa bibliográfica pois se vale “de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto” (MARTINS, 2007, p. 35). Cabe destacar, conforme lembra Marconi e Lakatos (2002, p. 71), que tal estudo não busca simples repetição do que já foi escrito ou dito sobre certo assunto, mas sim, propiciar “o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Trata-se de pesquisa documental pois se baseia em “coleta de dados em relação a documentos, escritos ou não, denominados *fontes primárias*” (OLIVEIRA, 2003, p. 64). Esta pesquisa se realizará sobre os balanços sociais enviados pelas empresas participantes da amostra.

Com a finalidade de obter estes documentos, foram contatadas 177 organizações. A estas organizações foi solicitado o envio da última versão completa publicada do balanço social. Muitas das organizações selecionadas disponibilizavam o balanço social via Internet, no entanto, como esta podia ser uma informação simplificada só se recorreu a esta fonte quando a organização declaradamente recomendava tal caminho.

Para compor o grupo que faria parte desta pesquisa recorreu-se primeiramente à relação “Empresas que realizaram o BS” disponibilizada no endereço <http://www.balancosocial.org.br/empresas.htm>. Também foram procurados os 50 maiores grupos privados e as 50 maiores empresas estatais pelo critério de vendas listadas no anuário Melhores e Maiores. Com o intuito de impedir que a pesquisa se restringisse às organizações de grande porte, foram selecionadas aleatoriamente 20 empresas de médio porte constantes na listagem da FIRJAN. Conseguiu-se obter 22 balanços sociais.

Por fim, trata-se de pesquisa qualitativa pois busca destacar características que não podem ser observadas através de uma pesquisa quantitativa, permitindo uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno que está sendo estudado (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 92).

3.1 Perfil das Organizações

Todas as demonstrações obtidas são oriundas de entidades de grande porte. Possivelmente, a visibilidade dessas organizações frente à sociedade, dado o seu porte, as tenha feito perceber a importância de retratar “além da avaliação da evolução econômica da entidade (...), as contribuições e responsabilidades sociais” (RIBEIRO, 1992, p. 46). A relação completa das 22 organizações que compuseram a amostra encontra-se no Quadro I.

Quadro 1 – Entidades que publicaram o Balanço Social

- | |
|---|
| 1 - Companhia Energética de Goiás - CELG |
| 2 - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF |
| 3 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA |
| 4 - Randon |
| 5 - Grupo Belgo |
| 6 - Metrô de São Paulo |
| 7 - Eletronuclear |
| 8 - Aracruz Celulose S.A. |
| 9 - Light |
| 10 - Calçados Azaléia S. A. |
| 11 - Infoglobo |
| 12 - Perdigão |
| 13 - Biobrás |
| 14 - Petrobras |
| 15 - Correios |
| 16 - Cecrisa |
| 17 - Banco do Nordeste |
| 18 - Asbace - ATP |
| 19 - Acesita S. A. |
| 20 - Febraban |
| 21 - O Boticário |
| 22 - RBS |

O grupo em questão é bastante heterogêneo. Há quatro empresas do setor de energia elétrica, três organizações do setor financeiro, duas concessionárias de serviços públicos e duas empresas do setor siderúrgico. Dentre as demais organizações, cada uma representa um setor diferente: material de construção, farmacêutico, automotivo, serviços de transportes, papel e celulose, calçados, cosméticos, comunicações, petróleo e alimentos.

Das 22 organizações 12 são privadas, oito são estatais e as outras duas são associações ligadas ao setor financeiro (Asbace e Febraban). Das onze empresas privadas, nove têm como controlador um grupo nacional.

A qualidade destes balanços sociais será analisada segundo os quatro parâmetros utilizados por Siqueira (2003), a saber: abrangência, viés para potencialização de resultados, comparabilidade e transparência. Visando analisar a existência de viés para potencialização de resultados será feita a contraposição entre a evidenciação de contribuições positivas e negativas das organizações à sociedade nos balanços sociais. A caracterização das contribuições negativas e positivas se baseará no conceito de

externalidades de Mankiw (2005, p. 204), sendo considerada como negativa quando o impacto sobre terceiros for adverso; e positiva quando este impacto for benéfico.

4. BALANÇO SOCIAL E ABRANGÊNCIA

A Fipecafi (2007, p. 10) postula que o balanço social possui quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições para a sociedade.

Dos 22 balanços sociais analisados, seis se utilizavam exclusivamente da DVA como demonstração numérica do impacto social (Biobrás, Febraban, Cecrisa, Banco do Nordeste, Perdigão e Chesf), quatro a utilizaram em conjunto com o modelo Ibase (Azaléia, Copasa, Light e Eletronuclear) e uma - o Metrô de São Paulo - preferiu apresentá-la em conjunto com uma demonstração alternativa.

A prática de apresentação dos balanços sociais tem sido de agregar às demonstrações numéricas extensos textos, o que supostamente serviria para fornecer um volume maior de informações. Assim, aquelas entidades que optaram exclusivamente pela DVA fornecem um conjunto mais variado de informações através de textos, tabelas e gráficos, anexos a esta. O inconveniente é que muitas vezes estes textos são extensos, tornando a leitura destas demonstrações cansativa e demorada. Sem esquecer que o uso extensivo dos mesmos dificulta a comparabilidade com outras demonstrações. Some-se a isto o fato de alguns destes textos terem um nível informativo baixo, exigindo do usuário dessas demonstrações um elevado esforço para identificação de informações úteis, alcançando, muitas vezes, resultados desanimadores.

O uso de textos é, portanto, paliativo. Mesmo com sua adição a informação é, frequentemente, parcial. Dos 22 balanços sociais obtidos, seis – Infoglobo, Celg, Randon, Correios, Belgo e RBS – não apresentavam qualquer preocupação em demonstrar o caráter redistributivo de suas operações. Outras três empresas – Acesita, O Boticário e Petrobrás – tiveram apenas uma preocupação tangencial, já que as únicas informações disponibilizadas foram: a relação entre a maior e a menor remuneração da empresa e a abrangência da participação nos resultados.

Outros três balanços sociais – Metrô de São Paulo, Febraban e Asbace/ATP – não apresentaram tópicos que atendessem à vertente do balanço ambiental. Poderia-se alegar que tal fato não ocorreu porque estas organizações simplesmente não possuíam projetos nesta área e, conseqüentemente, o balanço social não poderia abordar o que não existe. No entanto, o balanço ambiental deve cobrir não apenas o que se fez em prol de um determinado fator, mas sim, todas informações úteis referentes a este fator.

Praticamente todas as organizações causam danos ao meio em que atuam, o que muda é o grau de risco ao meio ambiente inerente às suas atividades. A lei 10.165 de 2000 define uma relação de atividades potencialmente poluidoras e usuárias de recursos ambientais e sua respectiva classificação de risco de causar danos ao meio ambiente segregadas em: alta, média e baixa.

Uma das questões ambientais em destaque é a gestão de recursos hídricos, logo, uma informação relevante é o consumo de água pela organização. A geração de energia elétrica é potencialmente agressiva, e logo, o consumo desta energia é um indicador relevante. Não há qualquer menção a estas informações nos balanços sociais analisados.

No relatório apresentado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) não há qualquer tópico destinado a fornecer informações sobre sua força de trabalho, não cobrindo, portanto, a vertente de balanço de recursos humanos.

Mesmo nos relatórios sociais onde existem tópicos cobrindo todas as vertentes a abordagem continua parcial, pois informações relevantes não são fornecidas. Só para citar alguns exemplos, no

demonstrativo da Eletronuclear não há qualquer informação sobre medição dos níveis de radioatividade dos recursos hídricos que cercam as usinas de Angra dos Reis. Nenhum dos relatórios revela o consumo de energia elétrica e somente o relatório da Aracruz aborda o consumo de água em suas operações.

Mesmo os modelos internacionais - França, Portugal e Bélgica - apresentam uma abordagem parcial, já que priorizam o enfoque sobre a relação capital-trabalho, se adequando à vertente do balanço de recursos humanos, apontada pela Fipecafi. Dos três modelos apontados, apenas o modelo português dá algum espaço - mesmo que pequeno - ao atendimento das necessidades de outros segmentos da sociedade.

5. BALANÇO SOCIAL E POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

O balanço social é “um documento pelo qual a empresa anualmente apresenta dados que permitam identificar a qualidade de suas relações com os empregados, com a comunidade e com o meio ambiente. É um registro do perfil social da empresa” (Suplicy, 1997, p. 1-3). As palavras-chave desse conceito são qualidade e perfil social. Mas isto não significa que toda instituição apresentará um bom relacionamento com a sociedade ou um elevado perfil social.

No entanto o balanço social tem sido apresentado com um viés positivo, como um instrumento de realizações da empresa em prol da sociedade, uma ferramenta que estimule “à sociedade a premiar as iniciativas empresariais nas diversas áreas de prioridade coletiva” (Rioli, 1997, p. 2-2). Isto só é verdade se a empresa tiver tido iniciativas empresariais que mereçam ser premiadas, o que não necessariamente é verdadeiro. Na década de 80, três importantes pólos industriais com indústrias químicas e fábricas de pesticidas - Araucária (PR), Rio Grande (RS) e, notadamente, Cubatão (SP) - apresentaram um elevado índice de anencefalia (ausência de cérebro no nascituro), comumente decorrente de exposição a poluentes (Fornari, 2001, p. 24). Certamente que as empresas ali instaladas não deram um bom exemplo de exercício da cidadania socioambiental ao contaminar a atmosfera com toneladas de poluentes ao longo dos anos.

Este viés positivo é decorrência de uma visão de marketing do balanço social, da percepção de que a valorização, pela empresa, da cultura, do homem e do meio ambiente será um importante diferencial mercadológico (Sucupira, 1999, p. 73). Trata-se de uma distorção deste instrumento, uma vez que o “balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável” (Souza, 1997a, p. 1-3). Assim, um balanço social não deve ser elaborado pela empresa para divulgar suas boas ações, mas sim para reportar à sociedade o que é necessário ser publicado. A sociedade está interessada em conhecer a real contribuição - positiva ou negativa - de uma empresa para o bem-estar sócio-ambiental. Além de ser, potencialmente, um instrumento administrativo que permite um gerenciamento socialmente responsável.

As demonstrações, sejam sociais ou financeiras, têm múltiplas funções, dentre elas: controle. As demonstrações sociais são uma prestação de contas da empresa para com a sociedade. As empresas não publicam suas demonstrações contábeis apenas quando aferem lucros e margens elevadas. Devem atender a princípios e preceitos amplamente difundidos, dentre os quais competência e oportunidade (que refere-se simultaneamente à tempestividade e integridade dos registros), que podem ser considerados análogos aos balanços sociais. Aceitar que a empresa deva prestar contas ao mercado e não à sociedade é uma inconsistência, é afirmar tacitamente, que o mercado tem prioridade à sociedade.

Sobretudo, há também o reconhecimento sócio-ambiental do mercado. Assim como há no exterior o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, foi criado Brasil o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, cujo objetivo é ser um referencial para a realização de investimentos socialmente responsáveis, atuando também como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (BOVESPA, 2008).

As demonstrações sociais podem ser consideradas como um meio de prestação de contas à sociedade. Não cabe às empresas, a seleção das informações necessárias para o julgamento da sociedade,

quanto ao seu desempenho sócio-ambiental. Todavia, Cormier e Magnan (2003) alertam que a ausência de padronização das informações divulgadas pode prejudicar empresas que assumem uma postura mais transparente e ainda fornecer munição para seus concorrentes.

Mas, para evitar isto, é necessário que as informações não sejam enviesadas. Ocultar passivos em uma demonstração financeira é internacionalmente reconhecido como fraude. Acreditar que está correto revelar as benesses sociais das atividades econômicas sem evidenciar os efeitos negativos é ser incompatível com as melhores práticas de transparência informacional.

O balanço social pode ser um importante instrumento na conquista de mais transparência, desde que não haja informações enviesadas. Ao fornecer informações de qualidade o balanço social pode ser uma importante ferramenta de controle, permitindo até mesmo a construção de listagens regionais, e até mesmo nacional, segregadas por temas como saúde, geração de emprego, educação e meio ambiente” (Paulino Neto, 1997, p. 2-16).

Dentre os 22 balanços sociais analisados foram encontrados 7 que evidenciavam contribuições negativas. Percebe-se, contudo, algumas características interessantes nestes relatórios. Em primeiro lugar, nota-se que, em todos os casos analisados, a pequena ênfase dada a essas informações frente ao conjunto de dados que integrava os relatórios. A Biobrás oferece uma sentença com informação negativa, frente a um relatório com 4 páginas. Na Azaléia e na Acesita há apenas uma linha informando sobre acidentes de trabalho – não podendo esquecer que esta informação está dentro do padrão sugerido pelo Ibase, cujo modelo foi adotado por ambas empresas. É importante ressaltar que o balanço social da Acesita é consideravelmente extenso, contendo 21 páginas.

Em segundo lugar, notou-se em dois dos balanços sociais uma abordagem atenuante na exposição de aspectos socialmente negativos. A Asbace/ATP deu um tom de fatalidade à demissão e mostrou-se preocupada com a recolocação. A Aracruz expõe a piora em dois indicadores ambientais acompanhados por gráficos que demonstram que mesmo assim, eles se encontram em níveis melhores do que a média histórica dos últimos anos.

Por último, em dois dos balanços sociais nota-se a colocação de um aspecto negativo sob um viés positivo. A Light expõe a demissão de funcionários como uma realização. A Petrobrás transforma seus acidentes ecológicos em uma busca por um novo padrão de excelência.

O viés do marketing social permeia também a discussão sobre a obrigatoriedade do balanço social. Diversos autores (Perottoni; Cunha, 1997, p. 20; Varela; Costa; Dolabella, 1999, p. 35) tendem pela voluntariedade em sua publicação com a premissa de que com o tempo as organizações verão o benefício de tal publicação. Isto só será feito pelas organizações com contribuições positivas a serem publicadas. Todas aquelas que não agreguem valor, simplesmente não publicarão tal demonstração, e, obviamente, se perderia uma informação relevante para a sociedade. Tais entidades só publicariam suas demonstrações sociais se for mantida a abordagem atual do balanço social, onde informações negativas são suprimidas ou atenuadas.

Perottoni e Cunha (1997) destacam que em “países mais desenvolvidos como os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra” não há obrigatoriedade de apresentação. No entanto, cabe ressaltar que apesar de economicamente mais avançado os Estados Unidos apresentam alguns dos piores indicadores sociais básicos entre os países industrializados (Chomsky, 2002, p. 126). Logo, se o enfoque é social e não econômico que se inspire no exemplo da Bélgica, onde a publicação do balanço social é obrigatória e apresenta o quarto maior IDH do mundo, situando-se à frente dos três países listados (Garda; Navarro, 2002, p. A3).

Conforme lembra Paulino Neto (1997, p.2-16) para “Betinho (...) o balanço social deve ser obrigatório”. Ele até defendia que o ideal seria o crescimento da conscientização dos empresários, levando-os a uma publicação voluntária. Mas apesar desta possibilidade ele ressaltava que “a vantagem de uma lei é representar legitimidade institucional” (Souza, 1997a, p. 1-3).

Esta necessidade de publicação do balanço social não se limitaria apenas às empresas privadas, mas se estenderia também às estatais, onde o modelo de coleta de dados é o mesmo proposto para as primeiras, residindo a diferença “na cobrança, inevitavelmente maior na esfera pública” (Souza, 1997b, p. 1-3). Tal preocupação já foi considerada no Projeto de Lei Nº 32/1999 que torna obrigatória a publicação do balanço social pelas “empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados” (Brasil, 2002).

Se há uma legislação que regulamenta as demonstrações societárias porque não haverá uma que regulamente as demonstrações sociais? Negar isto é fazer, novamente, a afirmação tácita de prevalência do mercado sobre a sociedade.

Esta tendência em valorizar a divulgação dos aspectos positivos em detrimento dos aspectos negativos já foi detectada anteriormente em outros trabalhos, publicados no exterior e reforça a posição apontada em outros trabalhos de que os balanços sociais têm se aproximado perigosamente de um instrumento de marketing (Hines, 1991; Deegan; Gordon, 1996).

6. BALANÇO SOCIAL E COMPARABILIDADE

Dos 22 balanços sociais obtidos seis optaram por apresentar segundo o modelo Ibase, sete optaram pela utilização da DVA, quatro por uma apresentação conjunta do Modelo Ibase e DVA e cinco por uma abordagem qualitativa.

As cinco demonstrações apresentadas segundo uma abordagem qualitativa - Aracruz, Asbase/ATP, Correios, Infoglobo e RBS - tiveram uma grande diversidade de formatos de apresentação indo desde uma opção meramente textual - como a apresentada pelos Correios - até uma apresentação fortemente suportada em tabelas - como a realizada pela RBS.

Mesmo os padrões mais solidamente consolidados - modelo Ibase e DVA - apresentaram grande diversidade. A estrutura básica do modelo Ibase é adotada pela Randon e COPASA. A CELG opta por criar um quinto grupo denominado Investimentos Sociais e inclui um programa do qual participa. Procedimento semelhante é adotado pela Light. A Eletronuclear cria um subgrupo denominado educação/desenvolvimento, que explicita a evolução do corpo de estagiários. Acesita, Azaléia, Belgo, O Boticário e Petrobras discriminaram o item de indicadores ambientais. Este mesmo grupo de empresas, com exceção da Belgo, expuseram as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Por último, Belgo e Petrobras não apresentaram um relatório comparativo.

O nível de padronização também é pequeno nas DVAs apresentadas. Azaléia, Biobrás e Perdigão só evidenciam a distribuição do valor agregado, sendo que as duas últimas resolveram fazê-la sob a forma de um gráfico. Há uma grande variedade de nomenclaturas. Na COPASA, a diminuição das receitas pelos insumos é chamada de valor adicionado líquido, enquanto na Cecrisa é denominada como valor adicionado bruto. Na DVA da Light as receitas recebem a denominação de riqueza produzida e os insumos de riqueza consumida, e há ainda a inclusão de um item chamado “capitalização de despesas”.

A falta de padronização na DVA já foi apontada em estudo feito por Silva et al. (2001). Neste trabalho foram comparadas duas amostras: uma com 16 empresas nacionais e outra com 10 empresas internacionais. Várias inconsistências foram encontradas, abrangendo os mais diversos itens, tais como: perda com devedores duvidosos, resultado não operacional, provisão para IR/CSSL, depreciação e participação dos acionistas minoritários. O trabalho conclui sobre a necessidade de uma maior padronização, para que esta demonstração se torne confiável (SILVA et al., 2001, p. 13).

A baixa padronização dos balanços sociais, notadamente os qualitativos, já foi criticada em diversos trabalhos internacionais por prejudicar sua leitura e comparabilidade (GRAY, KOUHY; LAVERS, 1995; DEEGAN; GORDON, 1996).

A comparabilidade é ainda mais prejudicada pela falta de regularidade entre as publicações. Enquanto as demonstrações societárias têm datas claramente especificadas para publicação, as demonstrações sociais são tornadas pública conforme a conveniência das empresas, dificultando o acompanhamento dos setores organizados da sociedade. Podem, ainda, deixar de ser publicadas a critério da entidade relatora caso não haja informações convenientes a serem expostas à comunidade. Não há sequer uma especificação do período a ser coberto por elas.

Já foi destacado um aspecto favorável à criação de uma lei sobre o balanço social, a de torná-lo obrigatório tanto para as chamadas empresas-cidadãs, quanto para aquelas que ainda não despertaram para sua cidadania empresarial. A segunda razão é uma maior padronização deste instrumento, permitindo melhor comparabilidade. A formalização através de uma legislação determinaria os indicadores que deveriam ser apresentados e o que exatamente estes devem conter (PEIXE, 2000, p. 69). Até mesmo a questão da periodicidade estaria coberta por uma legislação, estabelecendo punições caso esta não fosse obedecida - tal qual está estabelecido no Projeto de Lei Nº 32/99 (BRASIL, 2002).

7. BALANÇO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

Enquanto as demonstrações contábeis tradicionais apresentam um número considerável de notas explicativas e uma certa riqueza de informações, as demonstrações sociais apresentam um número bastante limitado e, frequentemente, menos abrangente em termos de conteúdo e evidenciações.

Dentre os 22 balanços sociais analisados, apenas seis apresentavam algum tipo de nota explicativa associada aos dados numéricos e, mesmo assim, bastante reduzidas e com baixo valor informacional. Como consequência, foram encontrados diversas demonstrações com pontos obscuros que mereceriam algum tipo de explanação, mas que, infelizmente, não apresentaram qualquer tipo de evidenciação adicional, como nos casos do item “capitalização de despesas” na DVA da Light e das “quotas de reintegrações” da demonstração da Eletronuclear.

Nos indicadores sociais externos e internos é desejável a inclusão de uma composição dos programas que compõe cada um dos indicadores, indicando nome, objetivo, valores investidos e resultados atingidos. Em nenhuma das instituições que utilizou o modelo Ibase houve a construção de tal composição.

A inclusão de notas explicativas oferece um conjunto de informações enriquecedoras às demonstrações societárias e pode fazer o mesmo pelas demonstrações sociais.

A pouca utilização de serviços de auditoria independente para validação de demonstrações financeiras no Brasil é outro aspecto que agrava o problema da transparência, fato que é ainda mais grave quando se trata de balanços sociais, uma vez que os procedimentos são previamente acordados entre a firma de auditoria externa e seu cliente, conforme Dias e Siqueira (2005, p.9).

Enquanto em diversos outros países todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a terem suas demonstrações contábeis auditadas e publicadas, realidade também observada em países em desenvolvimento como Argentina, México e Chile, não sendo apenas uma exigência para companhias de capital aberto. No Brasil, grandes companhias, com faturamento de milhões, ou até mesmo bilhões de dólares, não publicam seus balanços anualmente por terem ao final de sua denominação a expressão “Ltda”. No final da década de 90 havia um auditor para cada grupo de 24.615 brasileiros, enquanto nos Estados Unidos esta proporção era de 1 x 1.327, na Inglaterra de 1 x 1.316 e de 1 x 898 na Holanda.

Menos de 0,3% do universo empresarial brasileiro era auditado. Pouca coisa mudou. Trata-se de um dos mais baixos níveis de auditoria entre as maiores economias do planeta (BETING, 1999, p. 34).

Se esta é a realidade no universo das demonstrações societárias, no campo das demonstrações sociais é ainda pior. Apesar de se notar um início de mudança no Reino Unido e em alguns países escandinavos, a ausência do hábito de validação, por parte de terceiros não envolvidos com a gestão de negócios, dos balanços sociais – no exterior e principalmente aqui – é uma crítica constante a estas demonstrações. A ausência de auditoria sobre tais relatórios reduz a confiabilidade nas informações ali apresentadas.

Do total de 22 balanços sociais obtidos nenhum deles havia sido auditado, percebe-se isso pela não emissão de parecer por parte de auditores independentes.

A menção do parecer remete a discussão para outros campos interessantes. O texto do primeiro parágrafo de um parecer-padrão é muito ilustrativo:

Examinamos os balanços patrimoniais da empresa ABC, levantados em 31 de dezembro de 19X1 e de 19X0, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis (IBRACON, 1992, p. 22).

O objetivo deste primeiro parágrafo é definir dois pontos: o objeto da análise – ou seja, as demonstrações contábeis – e as responsabilidades das partes – tanto da empresa quanto do auditor. As demonstrações publicadas, tanto societárias quanto sociais, são de responsabilidade da empresa, mas há uma diferença significativa entre as primeiras e as segundas: nas demonstrações societárias há a clara identificação do responsável pela geração das informações, o que não vêm ocorrendo com as demonstrações sociais.

Quando o profissional assina uma demonstração contábil ele está assumindo a responsabilidade pelas informações ali reportadas, mesmo que um elevado número de profissionais contribua para sua construção.

Dentre as 22 entidades compuseram a amostra deste estudo, 13 delas não forneceram qualquer indicação quanto ao responsável pela geração das informações. Foram elas: Febraban, ASBACE/ATP, Infoglobo, Aracruz, Banco do Nordeste, O Boticário, CELG, Cecrisa, Acesita, Light, Biobrás, Azaléia e Eletronuclear.

Nove delas deram informações parciais. Deste total, cinco apresentaram um órgão interno ou organização externa como coordenador da publicação – Metrô de São Paulo, Belgó, Correios, Petrobrás e RBS. Por vários motivos trata-se de uma informação limitada. Primeiramente porque não identifica um profissional como o responsável pelo conjunto de informações divulgadas, a quem se possa dirigir para dirimir dúvidas ou que se possa responsabilizar por eventuais erros – se tais relatórios são publicados é porque, supostamente, alguém utilizará aquelas informações ali relatadas. Segundo, porque a qualificação “coordenação” é pouco esclarecedora. Não se sabe até que ponto vai a responsabilidade de um coordenador. Entre as diferentes posturas de um coordenador ele pode ser: uma assessoria que será uma mera facilitadora entre órgãos distintos, definindo prazos e a estrutura do modelo a ser apresentado; uma unidade independente com profissionais próprios com obrigação de coletar dados dispersos e elaborar o documento; uma consultoria que atuará junto a um órgão executor dando orientações e dirimindo dúvidas, ou qualquer outra combinação que possa ser imaginada.

Em três das organizações são apresentados profissionais com responsabilidade parcial. Na Perdigão, Randon e CHESF são apresentados profissionais responsáveis pelo texto. Sendo que na Randon há ainda a identificação de que a publicação foi feita sob a coordenação de uma área da Divisão de

Controladoria e Recursos Humanos. Estas informações não podem ser consideradas como esclarecedoras. Não há qualquer indicação de que o responsável pelo texto também foi responsável pelos dados que suportam o texto. Consequentemente falta transparência sobre a origem dos dados divulgados para a sociedade. Não há qualquer indicação da formação destes profissionais, não permitindo a obtenção de indícios sobre a capacidade destes para lidar com dados financeiros e gerenciais.

A única exceção à regra é o balanço social apresentado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA – que apresenta como profissional responsável pelo relatório o contador Sílvio Cabral dos Santos, identificando inclusive o seu registro no CRC.

8. CONCLUSÕES

A prática atual de publicação de balanços sociais pelas organizações brasileiras apresenta diversos pontos negativos. Primeiramente, os balanços sociais brasileiros apresentam um baixo nível qualitativo e quantitativo das notas explicativas. Do total de 22 balanços sociais obtidos apenas seis apresentaram notas explicativas. Nestes seis casos apenas uma empresa, Metrô de São Paulo que apresentou cinco notas, ultrapassou o limite de quatro notas explicativas.

A apresentação de efeitos negativos nos balanços sociais brasileiros é extremamente limitada. Dos 22 balanços sociais apenas sete fizeram alguma exposição de danos causados por sua atividade econômica. Em geral tais exposições, quando ocorrem, são limitadas, evidenciando um grande desequilíbrio entre exposição de aspectos positivos e negativos, e, frequentemente, apresentam atenuantes ou um viés positivo.

Os balanços sociais brasileiros apresentam baixa padronização, mesmo quando utilizam um dos dois modelos consolidados. Nas organizações que se valeram da DVA, três apresentaram apenas a distribuição do valor adicionado e não sua criação, sendo que duas optaram por evidenciá-la através de gráfico de torta. A variedade de nomenclaturas é enorme.

Assim, em função de sua abrangência limitada no tocante às questões sociais, de sua ênfase na potencialização de resultados e de sua baixa comparabilidade e transparência quanto aos parâmetros utilizados em sua confecção, pode-se afirmar que os balanços sociais brasileiros, em sua atual concepção, são instrumentos de mensuração e evidenciação que falham em divulgar aos usuários dessas ferramentas o verdadeiro impacto das organizações, seja este positivo ou negativo, na sociedade.

Apoiado no exposto acima e aliado à percepção da alta qualidade gráfica utilizada comumente na impressão dos relatórios, conclui-se que a atual concepção dos balanços sociais brasileiros se aproxima mais de um instrumento de marketing do que de uma demonstração com real possibilidade de medir o impacto social de uma organização. Sendo necessária a realização de mudanças no enfoque para que os relatórios sociais possam ser considerados como instrumentos de mensuração não enviesados da responsabilidade social das organizações.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Gilberto Mendes de. *Há Esperança na Luz das Veias do Trabalho: Reflexões Sobre Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador Decorrentes da Produção do Setor de Estamparia de Embalagens Plásticas de uma Empresa Metalúrgica*. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ARRIGONI, Fernando José. *Disclosure das Aplicações Sociais da Sociedade Cooperativa e sua Contribuição à Elaboração do Balanço Social*. 2000. Dissertação (Mestrado em Controladoria e

- Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BEETS, S.; SOUTHER, Christopher C. Corporate Environmental Reports: The Need for Standards and an Environmental Assurance Service. *Accounting Horizons*, 13 (2): 129 - 145, june 1999.
- BETING, Joelmir. Um Blecaute Contábil. *O Globo*, 75 (24.133): 34, 25 de setembro de 1999.
- BRASIL. *Lei 10.165 de 27 de dezembro de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm>. Acesso em: 2 mar. 2009.
- BRASIL. *Projeto de Lei 32 de 1999*. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2002.
- BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. *Resumo ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial*. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2008.
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas? - Neoliberalismo e Ordem Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel. Does disclosure matter?. *CA Magazine*, n. 4, p. 43-45, maio 2003.
- DEEGAN, Craig; GORDON, Ben. A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations. *Accounting and Business Research*, 26 (3): 187 - 199, summer 1996.
- DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Os Indicadores Ambientais no Balanço Social da Petrobras. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 8, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Engema, 2005. CD-ROM.
- EXAME. *Melhores e Maiores*. 28 (28), jul. 2001.
- FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves. *O Trabalho de Mergulho Profundo em Instalações Petrolíferas Offshore na Bacia de Campos: Confiabilidade e Segurança em Meio à Guerra de Highlander contra Leviatã*. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- FIPECAFI. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades*. São Paulo: Atlas, 2007.
- FORNARI, Ernani. *Dicionário Prático de Ecologia*. São Paulo: Aquariana, 2001.
- GARDA, Cynthia; NAVARRO, Luciana. O 73º País em Qualidade de Vida. *Jornal do Brasil*, 112 (107): A3, 24 de julho de 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate Social and Environmental Reporting: A Review of the Literature and a Longitudinal Study of UK Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8 (2): 47-77, 1995.
- HINES, T. The Wider Issues. *Certified Accountant*, p. 38 - 41, april 1991.
- IBRACON. *Normas e Procedimentos de Auditoria/NPA 01 – Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis*. São Paulo: IBRACON, 1992.
- MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. São Paulo: Atlas, 2007.

- OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva (Coord.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: O Poder de Difusão da Informação. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 29 (122): 60-69, mar/abr 2000.
- PAULINO NETO, Fernando. Betinho Quer Balanço Social de Empresas. *Folha de São Paulo*, p. 2-16, 26 de março de 1997.
- PEROTTONI, Marco Antônio; CUNHA, Aromildo Sprenger da. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 26 (104): 12-20, março-abril 1997.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e Meio Ambiente. 1992. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- RIOLI, Vladimir. Balanço Social. *Folha de São Paulo*, p. 2-2, 16 de julho de 1997.
- SAMUELSON, Paul A. *Introdução à Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1979.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Administração e Finanças*. São Paulo: Best Seller, 1996.
- SILVA, Ana Paula Ferreira da et al. A Demonstração de Valor Adicionado como Alternativa de Medição do Desempenho Gerencial: Um Estudo Comparativo entre Demonstrações Nacionais e Internacionais. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1, 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2001. CD-ROM.
- SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. *Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações: Uma Análise Crítica dos Balanços Sociais e Propostas para um Novo Modelo*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- SOARES, Vanda D'Acri. *O Significado do Trabalho: O Estudo das Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores de uma Indústria Têxtil de Amianto no Rio de Janeiro*. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. *Folha de São Paulo*, p. 2-2, 26 de março de 1997.
- SOUZA, Herbert de. Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório?. *Folha de São Paulo*, p. 1-3, 7 de abril de 1997a.
- SOUZA, Herbert de. Balanço Social nas Empresas Públicas. *Folha de São Paulo*, p. 1-3, 6 de maio de 1997b.
- SUCUPIRA, João A. Os Melhores Investimentos em 2001. *Orçamento e Democracia*, 7 (19): 6-7, fevereiro de 2002.
- SUCUPIRA, João A. Ética nas Empresas e Balanço Social. *Democracia Viva*, (6): 73-79, agosto de 1999.
- SUPLICY, Marta. O Que é Balanço Social?. *Folha de São Paulo*, p. 1-3, 10 de junho de 1997.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- VARELA, Patrícia Siqueira; COSTA, Raquel da Ressureição; DOLABELLA, Maurício Melo. Balanço Social: Demonstrativo da Função Social da Empresa. *Contabilidade Vista & Revista*, 10 (2): 28-35, setembro 1999.
- WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. *Economia*. São Paulo: Makron Books, 2004.